

Ulysses volta atrás e negocia

AVC
P2

A tendência parece ser em favor do parlamentarismo, e assim o Presidente Sarney poderá almejar não só cinco, mas até seis anos de mandato, pois o fundamental está resolvido: a partilha do poder com um primeiro-ministro atuante, e delegado das forças majoritárias que controlam o Congresso Nacional, e o peso político federativo. O fato incontestável é que o episódio envolvendo o Sr. Camilo Calazans prejudicou e muito a campanha presidencialista, pois deixou a nu, em momento de decisão, uma fratura da autoridade do Chefe do Governo.

O Exército falou pelos cinco anos, mas na verdade o que os chefes militares têm em mente é que o Presidente da República jamais deveria ter-se afastado do preceito constitucional que lhe garante um mandato de seis anos. Tanto quanto defender a atual Constituição em vigor é tido por legalismo, sua confrontação, pela via do chamado "golpismo congressual", pode a qualquer momento ser levada à conta de um procedimento antilegalista. As Forças Armadas falam em favor de cinco anos somente porque o Presidente Sarney abriu mão de um ano de seu mandato. Mas ficarão tranquilas se a negociação final caminhar para parlamentarismo com cinco, e ainda mais, com seis anos.

Se o problema é a crise de autoridade que envolve o atual regime, que não contém as forças do presidencialismo abusivo, a solução vem a caminho com a entronização do deputado Ulysses Guimarães como primeiro-ministro. Não interessará tanto, a

partir daí, se o Presidente da República é este ou aquele.

As negociações para o acerto dessa fórmula estão a caminho; o senador Marco Maciel já parece ter colocado um pé no reduto parlamentarista e já hoje pela manhã conversará com o professor Walter Costa Porto para um trato de realidade. O parlamentarismo virá, reconhece-se nos redutos presidencialistas, de uma forma que precisa ser a mais autêntica possível. Como o PT quer, isto é, voto de censura aos ministros do Gabinete na Câmara para derrubá-lo por maioria simples, o Gabinete mudará todo dia, e a instabilidade voltará a reinar, reconduzindo o País para o impasse, senão para o plebiscito que irá repor o presidencialismo.

Advoga o senador Maciel que, em vez de maioria simples, o voto de censura aos ministros seja aprovado por dois terços da Câmara, para que o parlamentarismo não viresse uma arruaça.

Mas a política é dinâmica: ontem, os presidencialistas voltaram a ganhar novo ânimo e tentar um acordo, e o conseguiram, no sentido de que vão votar a Emenda Humberto Lucena, deixando de lado os destaques, que serão votados à parte, sem um "emendão". Com isso, acreditam estar assegurando a aprovação do sistema presidencialista. Esse acordo forçou o deputado Ulysses Guimarães a mudar de tática: em vez de acelerar as votações neste fim de semana, contornou o impeto, e marcou conversas com todas as lideranças na Constituinte.